

Leituras Crí ti cas

PAVIA, J. (2023). *ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A ÁFRICA CONTEMPORÂNEA E SUAS EXTENSÕES*. QUID JURIS? SOCIEDADE EDITORA. LISBOA: 209 PP.
LUÍS LOBO-FERNANDES

PEREIRA, H. M. (2023). *PAISAGENS JUNQUEIRIANAS – COM O DOURO AO FUNDO*. HÚMUS. VILA NOVA DE FAMALICÃO: 246 PP.
FERNANDO DE CASTRO BRANCO

BORGES, A. J. (2022). *UM JOSÉ SARAMAGO*. THEYA EDITORES. LISBOA: 164 PP.
ANTÓNIO DE CARVALHO PAIS

CARMO, A. (ORG.) (2022). *ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO. FIGURAS DO PENSAMENTO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO*. EDIÇÕES AFRONTAMENTO. PORTO: 426 PP.
TIMÓTEO CAVACO

**Pavia, J. (2023). *Estudos de relações internacionais:
A África contemporânea e suas extensões.*
Quid Juris? Sociedade Editora. Lisboa. 209 pp.**

LUÍS LOBO-FERNANDES¹



O vasto domínio do conhecimento das Ciências Políticas, das Relações Internacionais, e, também, dos Estudos Globais — que a Universidade Aberta em boa hora lançou — tem registado uma projecção crescente em Portugal. Esta área tem beneficiado do impulso de pesquisa de um número muito significativo de investigadores, quer em instituições públicas, quer privadas, constituindo — sublinhe-se — uma feliz expressão da abertura democrática iniciada em Abril de 1974, porquanto se trata de uma área científica que anteriormente não tinha presença autónoma no ensino superior português.

Não obstante, a investigação e o âmbito das publicações mostram um desequilíbrio entre

¹ Professor catedrático (aposent.) de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, titular da cátedra Jean Monnet de Integração Política Europeia desde 2004. Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Cincinnati (1995), foi visiting Fulbright scholar na Universidade de Washington (Seattle) e Calouste Gulbenkian Fellow na School of Advanced International Studies (SAIS), Johns Hopkins University (Washington DC).

as diferentes vertentes dos estudos internacionais, devendo assinalar-se em particular, como é reconhecido, um desinvestimento, senão mesmo alguma desatenção, no capítulo específico dos Estudos Africanos, com a consequente escassez de novas análises, e a sua reduzida divulgação no espaço alargado de expressão portuguesa. Ora, esta publicação do Professor José Francisco Lynce Zagalo Pavia representa uma importante achega para a dilucidação de algumas dinâmicas contemporâneas do subsistema internacional africano, na esteira, aliás, da investigação iniciada no quadro do seu doutoramento na Universidade do Minho, que tivemos ensejo de orientar.

O livro de José Francisco Pavia explora 14 tópicos que cobrem um variado leque de problemáticas, que vão desde o processo de paz e a transição em Moçambique, ao contributo da chamada *multi-track diplomacy*, para a prevenção e resolução de conflitos, até à nova proeminência do Sul Global, passando pelo fenómeno da pirataria marítima e, também, pelos iniludíveis desafios colocados pela expansão chinesa em África. Cabe também uma menção especial para os capítulos que articulam em especial a visão e as escolhas de Portugal sobre alguns daqueles desafios.

Acresce que a pertinência da presente publicação ganha particular relevo quando se leva em linha de conta que o percurso dos Estados pós-coloniais e, em especial, o caso da África subsaariana – marcado por problemas assina-

láveis de instabilidade estrutural –, não tem permitido assentar em orientações políticas mais eficazes com vista ao desejável desenvolvimento sustentado. Os estudos existentes e mais estabelecidos, digamos, das transições políticas subsequentes a processos revolucionários de diferente ordem – e, concomitantemente, o vasto acervo de publicações e teorias disponíveis sobre as transições democráticas – mostra que essas mesmas transições são por natureza complexas e longas.

Relembraríamos, a título de ilustração, os casos da França ou mesmo de Portugal, em que a história política dos processos de constitucionalização ou de «estabilização» das instituições é, em grande medida, a própria história das suas ruturas constitucionais. Neste sentido, os 50 ou 60 anos que passaram após os processos independentistas em África não poderão considerar-se em si mesmos excessivamente longos. Com efeito, a instabilidade política não resulta de uma única causa, nem é de uma só natureza, mas está ligada à «juventude» dos Estados e das próprias lideranças e – talvez de forma mais determinante – à debilidade das suas instituições políticas, sendo também resultado dos processos de descolonização que, na grande maioria dos casos, desguarneceram os novos países de quadros técnicos e especialistas após as independências.

O subsistema africano configura, assim, um cenário de acentuadas dificuldades na construção dos Estados pós-coloniais, marcado

por instabilidade política endémica e por um padrão recorrente de *desvios institucionais*, um conceito operativo especialmente útil e ilustrativo nos estudos de Política Comparada. Acresce que numa grande parte destes países existe uma significativa atomização étnica e, também, religiosa. O conceito de *estado inacabado* (ou *unfinished state*), proposto por Mark Kesselman, que temos adotado em contraposição à noção de *estado falhado* (ou *failed state*), consagra provavelmente a imagem teórica mais interessante na caracterização dos dilemas contemporâneos dos Estados pós-coloniais em África (Kesselman *et al.*, 1996). Tais problemas estendem-se, aliás, à importante questão — que não é legítimo evitar — de saber porque é que inúmeras nações nos seus processos de modernização têm sido bem-sucedidas em tirar partido da globalização, enquanto outras sofrem o seu reverso? Como poderão, pois, no ciclo temporal da globalização ser explicadas diferenças em progresso e desenvolvimento entre países? Que escolhas políticas e económicas têm sido feitas e quais as suas implicações?

Naturalmente que as respostas possíveis não se situam numa única variável isolada, mas, como é perceptível nas proposições exploradas neste trabalho, nas interconexões complexas entre política e sociedade, entre forças internas e externas, e entre diferentes legados históricos, recursos disponíveis, e perspectivas futuras. Uma publicação deve — diríamos, obrigatoriamente — despertar outras dimen-

sões de análise e ramificações. É sobretudo o caso dos três capítulos finais do livro que deixam em aberto possíveis hipóteses de investigação, nomeadamente no respeitante às sensibilidades políticas e ao posicionamento de muitos países do Sul Global no respeitante, por exemplo, ao plano das regras de comércio internacional da OMC, ao funcionamento das Nações Unidas ou até mesmo à guerra na Ucrânia, decorrente da invasão em curso — diga-se, ilegal e criminosa —, perpetrada pelo Kremlin. Neste plano específico assume maior pertinência e relevância a reflexão que o autor projeta sobre os «papéis» e ação da África do Sul e do Brasil, dois dos mais importantes atores em causa no cone Sul.

Ora, o movimento de abertura à escala global propiciou, por outro lado, um crescimento económico exponencial nos casos da China, da Índia e de outros países asiáticos de vocação exportadora, suscitando o aparecimento de novos *centros* de prosperidade e, dialeticamente, de novas *periferias* mais desfavorecidas. Devemos ter presente, pois, que ao contrário de leituras por vezes demasiado lineares, o sistema internacional continua a ser muito fragmentado, fragmentação esta que a globalização — em todo o caso de cariz parcial — não fez desaparecer, e que no caso particular da África tornou especialmente evidente. Com efeito, as diferenças de desenvolvimento e de prosperidade são «postas a nu» —, na verdade, revelam-se agora de forma instantânea e são mais visíveis, uma dinâmica

referida na literatura da globalização como o *paradoxo da transparência*.

Assim, embora a economia mundial se torne globalmente «mais integrada», muitos países do Sul Global não controlam as suas dinâmicas, sofrendo frequentemente efeitos destruturantes. O caso de Moçambique – alvo da atenção criteriosa de Pavia – constituiu um dos mais evidentes, diria mesmo, talvez mais gritantes. Referiríamos, aliás, Graça Machel, a propósito do processo de paz moçambicano:

For some, peace is merely the absence of war. [...] For us, peace is indeed the absence of war, as the first condition. But it is much more than this. It is a society of democracy and social justice. It is respect for the sovereignty of each people. It is the use of our resources for our own well-being. It is relationships of equality and mutual respect with other countries and nations. (Machel, apud Hanlon, 1991: 262)

Ora, a questão dos recursos é crucial para Moçambique. Considerado um dos países mais pobres do mundo, tem, não obstante, recursos substanciais ainda por explorar. Lembraria, por exemplo, a questão do urânio, muito abundante no país, não sendo colocada de parte a sua utilização para fins pacíficos em parceria com o grande vizinho – a África do Sul. A questão não é secundária – longe disso –, pois, em 2023, a questão da sua exploração foi novamente levantada no âmbito da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA), em

Viena, que tutela no plano mundial a sua utilização para fins pacíficos.

Nesta instância, considerando os dilemas que persistem no continente africano, afigura-se-nos imperativo recuperar o conceito de *co-desenvolvimento* – de alguma forma algo esquecido e insuficientemente valorizado – que surgiu na Universidade de Lovaina nos anos de 1980, sensivelmente na mesma altura em que Walt Rostow e Robert McNamara valorizariam as ideias conducentes a uma maior «propulsão endógena», traduzida principalmente nas políticas públicas de *take-off* e de *desenvolvimento inclusivo* nos Estados pós-coloniais. Como tal não ocorreu, este conceito configura – no presente quadro global periclitante e perigoso – um *instrumento* com grande potencial de transformação das relações internacionais, e poderia materializar não só uma aspiração de maior reciprocidade, mas também permitir ao mesmo tempo «reconceptualizar» a natureza dos Estados contemporâneos como *soberanias cooperativas*. Nesse sentido, os Estados ricos do hemisfério norte onde se incluem hoje, bem entendido, a China – e também já a própria Índia – necessitam de empreender um esforço acrescido no sentido de reconhecer que o desenvolvimento compartilhado e a cooperação em bases mais paritárias serão muito provavelmente a via mais plausível para ultrapassar os dilemas mais prementes com que grande parte dos países africanos ainda hoje se confronta.

Também por esta razão – como tivemos ensejo de escrever na respetiva *Nota de Apresentação* – o livro adquire particular relevância na medida em que reavalia e projeta, em resultado da investigação criteriosa do Professor José Francisco Pavia, várias proposições sobre os bloqueios no desenvolvimento, nas sociedades e na política internacional africana. É, assim, na nossa ótica, um contributo muito importante e oportuno que propicia não só uma reavaliação de problemáticas em muitos casos comuns

aos países do Sul, mas podem, também por via disso, determinar agendas de investigação mais alargadas e mais ambiciosas na dilucidação dos dilemas globais contemporâneos.

Bibliografia

Hanlon, J. (1991). *Mozambique: Who calls the shots?* Villiers Publications (James Currey Ltd and Indiana University Press). London;

Kesselman, M., Krieger, J. E Joseph, W. A. (eds.) (1996). *Comparative politics at the crossroads*. D.C. Heath and Company. Lexington, Massachusetts.